

Liberdade  
cap. II

## Montes de Socorro

### D. Pedro II criou a Caixa Econômica da Corte e organizou o penhor para combater a agiotagem

Correio da Bahia  
17 de junho de 2003

*"A Caixa Econômica não tardaria em abrir-se. Lá chegando, teve de aguardar a abertura da porta. Já havia gente à espera. Olhou-a de relance. Fisionomias diferentes de trato e de cor: velhas de mantilha, moças de peito deprimido, barbudos portugueses de duros trabalhos, rostos de caixeiros, de condutores de bonde, de garçons de hotel e de botequim, mãos queimadas de cozinheiras de todas as cores, dedos engelhados de lavadeiras - todo um mundo de gente pobre ia ali depositar as economias que tanto lhes devia ter custado a realizar, ou retirá-las, para acorrer a qualquer drama de suas necessitadas vidas"*

(Trecho de Clara dos anjos - Lima Barreto)

O escritor Lima Barreto fez essa descrição da Caixa Econômica Federal em 1904, embora Clara dos Anjos só tenha sido publicado na década de 20. Na porta do banco, o malandro Cassi Jones, personagem que seduz a ingênua Clara, aguardava a abertura da agência e se divertia analisando os tipos humanos presentes na fila. Embora a história se passe nos primeiros anos da República, a descrição da Caixa remete ao ideal de D. Pedro II ao criar a instituição na segunda metade do século XIX. Junto com o banco, o imperador criou também o Monte de Socorro, entidade responsável por emprestar dinheiro, sob penhor, para as camadas mais pobres da sociedade. "A caixa foi fundada em 1861, no Rio de Janeiro, sob a garantia do governo imperial. Os montes de socorro eram instituições que visavam acudir pessoas em dificuldade através da carteira de penhores e da caixa econômica, que recebia depósitos", revela Ana Zalcbergas, diretora do Centro Cultural da Caixa em Salvador.

Apelidada na época imperial de "banco dos pobres", a CEF, apesar de ser uma instituição bancária com os mesmos serviços de qualquer banco público ou privado do país, até hoje concentra uma parcela significativa de clientes de baixa renda, além de prestar serviço para a população sem domicílio bancário, que utiliza, por exemplo, as casas lotéricas do país para pagar contas. O superintendente de Negócios

da CEF na Bahia, Reine Antonio Borges, explica que isso se deve ao fato de o banco ser a prestadora oficial de serviços do governo federal. "Além de pagar benefícios como o bolsa-escola, auxílio-gás, bolsa-alimentação e bolsa-renda, a Caixa também concentra o pagamento de direitos trabalhistas como PIS, FGTS e seguro-desemprego, entre outros", completa o superintendente.

Na Bahia, a primeira agência da Caixa da Corte entrou em operação em 1877, funcionava no andar térreo do prédio da Intendência Municipal de Salvador. No acervo do Centro Cultural, está o primeiro livro de registro de depósitos e retiradas da instituição no Estado. Com anotações feitas à bico de pena e caligrafia rebuscada, o grosso volume abriga nada menos que sete anos de operações bancárias. Antes da Caixa da Corte e desde a época colonial até o começo do século XIX, as grandes casas comerciais é que atuavam como instituições financeiras na capital baiana, inclusive emprestando dinheiro a juros e exigindo como garantia a hipoteca de bens e escravos. No livro História da Bahia, Luís Henrique Dias Tavares escreve que na década de 40 do século XIX foram criados vários estabelecimentos de crédito em Salvador, a exemplo do Banco Comercial da Província da Bahia (1845), Sociedade de Comércio (1848) e Banco Hipotecário (1848), entre outros.

Na sede do governo imperial, a Lei 1.083, de 22 de agosto de 1860, batizada Lei dos Entraves, já previa tanto a criação da Caixa da Corte quanto mecanismos que possibilitassem ao governo reger a política monetária do país. Eduardo Bueno revela, em Caixa - uma história brasileira, que entre os motivos do imperador para concentrar nas mãos do governo o monopólio da administração financeira estava a tentativa de controlar a emissão desenfreada de moeda feita pelas diversas instituições bancárias espalhadas nas províncias. Depois da lei, somente o Banco do Brasil podia emitir moeda. O Monte de Socorro, que teve origem num modelo semelhante que já operava na Itália, serviria para combater a usura dos agiotas, que segundo o imperador, eram "exploradores da miséria alheia".

## **Vida no prego**

Até a criação dos montes de socorro existiam no Brasil centenas de casas de penhor, mais conhecidas como Casas de Prego, porque era costume dos donos desses estabelecimentos colocar as jóias empenhadas num prego bem alto, na entrada das lojas, à vista de todos os possíveis interessados em adquiri-las em leilão, caso os verdadeiros donos não pudessem resgatá-las. A partir da ação de D. Pedro II, o penhor administrado pelo governo começou a desbancar as antigas casas de prego porque enquanto a instituição oficial cobrava 9% de juros ao ano, as particulares cobravam 4% ao mês. A partir de 1934, Getúlio Vargas aboliu as casas de prego do país, concedendo o monopólio do penhor para a Caixa Econômica Federal.

O antepassado remoto do penhor está nas instituições fundadas pelos cavaleiros templários para guardar as jóias dos peregrinos cristãos. No século XIX, no Brasil, ele socorria muita gente e ainda hoje é um meio bastante procurado para quem precisa levantar dinheiro com rapidez. Na Bahia, de abril do ano passado ao mesmo período desse ano, a procura pelo penhor cresceu 29%, informa Reine Antonio Borges. Numa pesquisa da CEF, foi constatado que quem mais procura o penhor são as mulheres e que, embora atualmente outros bens possam ser empenhados, as jóias ainda figuram no topo da lista, daí a prevalência das mulheres. O levantamento mostra ainda que 80% das pessoas que utilizam o serviço o fazem mais de uma vez.

Nem sempre, porém, o penhor é procurado apenas por quem precisa de dinheiro. A exemplo dos peregrinos que confiavam suas jóias aos templários para evitar que elas caíssem nas mãos dos beduínos, muita gente que vai viajar na atualidade utiliza o recurso com a mesma intenção ou então como uma forma de poupar, melhor dizendo, guardar bens valiosos na segurança dos cofres bancários. Guardar dinheiro, aliás, segundo o economista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufba, Osmar Sepúlveda, é também o principal motivo para alguém abrir uma caderneta de poupança. "O economista John Keynes classificou a poupança em três motivos: o primeiro é quando alguém visualiza um bem de consumo e precisa juntar o capital necessário para adquiri-lo; o segundo é por precaução, quando a pessoa poupa com a intenção de ter uma reserva na velhice ou em casos de doença e o terceiro se aplica àqueles que têm excesso de renda, já possuem todos os bens que necessitam e estão

com dinheiro sobrando, daí guardam na poupança com a intenção de utilizar esse dinheiro para especular no mercado financeiro", detalha.

Com o mesmo rendimento na atualidade que possuía quando foi criada no século XIX, ou seja, 6% ao ano, a poupança, acrescenta Osmar Sepúlveda, não é a aplicação preferida pelos grandes investidores. "Os especuladores aplicam em moedas, títulos públicos ou privados, ações e mercadorias, as chamadas commodities. Para as classes menos favorecidas, no entanto, a poupança é a melhor forma de guardar dinheiro. Quem poupa não está pensando em investimento, mas em fazer uma reserva", esclarece o professor.

O economista acrescenta que para a poupança ser viável, ela precisa da proteção do governo contra a inflação. O fato de uma pessoa poder abrir uma poupança com cerca de R\$100 e manter a conta com pequenos depósitos de R\$10 ou R\$20 também explica a popularidade que ela possui entre os mais pobres. Adão José Galvão e Paschoal Molinari, que trabalham na Central de Atendimento ao Público (CAP), na sede do Banco Central na Bahia, localizada na Avenida Garibaldi, ensinam como é feito o cálculo do rendimento: basta pegar a TR, que é divulgada mensalmente pelo BC, e somar com 0,5%, que corresponde ao rendimento mensal da poupança. No site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)), a TR atual é de 0,4869. Fazendo a conta, o rendimento da poupança até o dia 16 de junho, data de divulgação da nova TR, será de 0,9869. Menos de 1%, quantia irrisória para grandes investidores, mas de extrema importância para quem tem disciplina e deixa o dinheiro guardado, engordando em doses homeopáticas, porém contínuas. Além de informações sobre poupança, a CAP também recebe denúncias e orienta, gratuitamente, a população com informações sobre o Sistema Financeiro Nacional. Para isso, o Banco Central recebe os balanços de todas as instituições financeiras do país, incluindo bancos, consórcios, operadoras de crédito e financeiras.